

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 25/02/2015

- [Crise hídrica: é preciso priorizar crianças e adolescentes no período de escassez de água](#)
- [Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e presidiários têm maior dificuldade na redação](#)
- [Vara da Infância atesta qualidade de entidades de acolhimento](#)
- [Projeto Proteção em Rede na Bahia chega ao seu terceiro ano](#)
- [Depoimento - sequelas de quem sofreu abuso sexual e tratamento](#)

Assunto: Crise hídrica: é preciso priorizar crianças e adolescentes no período de escassez de água

Fonte: Promenino

Data: 25/02/2015

Promenino

Respeitar a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é o apelo que o projeto Prioridade Absoluta faz aos governadores e prefeitos das capitais dos estados do sudeste brasileiro, que enfrentam a maior crise hídrica da história da região. Capitaneado pelo Instituto Alana, o projeto endereçou cartas às autoridades públicas, endossando a necessidade de se priorizar os direitos da infância e adolescência em momentos delicados como esse.



Crédito: Centro Educacional Euripedes Barsanulfo/Flickr

Artigo 227 da Constituição Federal de 1988: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência.”

Trecho do artigo 4º do ECA (1990): “A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b)

“Em períodos de crise e emergência precisamos eleger prioridades. Como dever constitucional, não só o Estado, mas a sociedade e as famílias, devem colocar a criança em primeiro lugar”, afirma Pedro Hartung, advogado do Instituto Alana. De acordo com a carta,

precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

escolas, creches, berçários, maternidades, hospitais e postos de saúde infantis devem ter abastecimento de água prioritário, tendo o poder público obrigação legal de assegurar tais medidas. O advogado informou que o instituto já recebeu diversas manifestações de professores e pessoas da comunidade escolar relatando escassez de água nesses locais.

“Cada diretor tem encontrado uma forma de diminuir o uso de água. Com isso, aparecem distorções, como proibir algumas crianças de irem ao banheiro e escovar os dentes. Isso tem a ver com a falta de informação. Precisamos garantir que não falte água nas escolas.”

Na cumbuca, no papel

Há pouco tempo atrás, na hora da merenda, os alunos das escolas municipais de São Paulo recebiam um pedaço de mamão na cumbuca. Hoje a fruta é servida em papel toalha – ou trocada por uma banana, que não exige pratos. A mudança, que parece pequena, é uma das apostas para reduzir o consumo de água na maior rede de ensino do país. Com quase 1 milhão de alunos, em 2015, as escolas paulistanas têm como tarefa reduzir o consumo em pelo menos 20% em relação à média registrada entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014. A portaria, publicada pelo prefeito Fernando Haddad em 13 de janeiro, estabelece ainda a vistoria de equipamentos para identificar eventuais oportunidades de redução do consumo. Já a lavagem de calçadas e áreas externas com água da rede pública de abastecimento está proibida – permite-se apenas água de reuso. Lavagens com mangueira também estão vetadas. Nas escolas de educação infantil, as torneiras de banheiro comuns foram trocadas por peças redutoras, que controlam a saída de água. A escovação de dentes tem sido feita sob a supervisão de um agente escolar, que instrui as crianças a encher suas canecas para não desperdiçar água. Na cozinha, a água que escorre da lavagem de verduras é acumulada para limpar as áreas comuns do espaço escolar.



Para a realização de necessidades básicas, a instrução é apertar a descarga rapidamente quando se trata do “número um”. Além da economia direta, as ações têm o objetivo de sensibilizar as crianças e adolescentes para o momento de crise que a cidade atravessa e estimular o consumo consciente dos recursos naturais. Segundo a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), até o momento, nenhuma escola ficou desabastecida. Quando essa situação é iminente, o diretor da instituição comunica a Sabesp, que é obrigada a fornecer um caminhão-pipa de imediato – o preço pelo serviço é cobrado normalmente. O canal direto entre a empresa estatal de recursos hídricos e as escolas também existe na rede estadual – a comunicação é feita através da Secretaria da Educação do Estado (SEE). De acordo com a

assessoria do órgão, nenhuma escola ficou sem água desde o começo do ano. Mas reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, na primeira semana letiva, relatou que algumas instituições de ensino chegaram a ter as aulas interrompidas por desabastecimento.

Em contato com essas escolas, localizadas na zona norte de São Paulo, a reportagem do Portal Aprendiz não conseguiu obter atualizações a respeito do problema. As diretoras e coordenadoras das escolas estaduais Carlos Frederico Werneck Lacerda (Pirituba), Professora Veridiana Camacho Carvalho Gomes (Parque Edu Chaves) e Gabriela Mistral (Tucuruvi) indicaram que apenas a Secretaria de Educação pode fornecer esse tipo de informação.

Uso racional

Sobre o impacto da crise hídrica no cotidiano escolar, a Secretaria informou que as escolas da rede estadual já trabalham com uma perspectiva de uso racional de água e como “polo” de multiplicação de boas práticas com a comunidade. Indicou ainda que mil recipientes serão adquiridos para aumentar a capacidade de armazenamento das instituições.

“Estas ações se somam ao já existente Pura (Programa Racional do Uso da Água) que, por meio da conscientização de alunos e do aperfeiçoamento do sistema hidráulico permitiu, desde 2008, a economia de 2,7 milhões de metros cúbicos em 628 unidades de ensino na capital e região metropolitana”, acrescentou a pasta.

Os casos de desabastecimento não ocorrem apenas na região norte da capital. Na zona leste, a escola Salim Farah Maluf também passou por dificuldades, mas informou que o problema foi na bomba d’água e, portanto, pontual. Também há relatos de desabastecimento escolar na zona sul. Em outubro de 2014, a cidade de Cristais Paulista, a 400 km da capital, tomou medida drástica: por conta da falta d’água, fechou as escolas e deixou dois mil alunos sem aulas. Em Itu, várias escolas fecharam e suspenderam as aulas no segundo semestre de 2014.

Plano de emergência

Para Cláudia Visoni, representante da Aliança pela Água – rede criada em outubro de 2014 e formada por mais de 40 entidades da sociedade civil –, todas as escolas já deveriam ter produzido um plano de emergência para ser implementado quando a situação se agravar. “Uma situação é estar de sobreaviso e a outra é chegar na escola e cancelarem as aulas”, aponta.



Sistema Cantareira em colapso: governo estadual prevê para fim de março a decisão final sobre rodízio de água.
Crédito: Mídia Ninja

A Aliança pela Água pretende alertar e apresentar propostas que ajudem o estado de São Paulo a lidar com a crise atual e construir uma nova cultura de

Ela acredita que a interrupção das aulas pode desorganizar a sociedade.

“Precisam ser criadas estratégias para manter o funcionamento das escolas.

Essa situação pode se estender por meses, e qual será o plano? Interromper a educação no país? Ter um ano letivo intermitente?”, questiona. O prazo estipulado pelo governo estadual para decidir pelo rodízio de água na região metropolitana de São Paulo é o fim de março.

uso, economia e conservação de água. Entre suas demandas está a criação de uma rede de apoio às instituições que não podem ficar sem água, tais como hospitais, creches e escolas, entre outros.

Defensora da permacultura, Cláudia propõe a implementação de banheiros secos nas escolas, uma alternativa ecológica para o tratamento de fezes e urina humana. “Porém, existe um tabu cultural que vai contra essa ideia. Está na hora de levá-la mais à sério”, adverte. “Estamos em uma situação de emergência e a zona de conforto de todos já foi para o espaço.”

Além de reforçar a necessária prioridade às crianças, Pedro e Cláudia também estão de acordo quanto à urgência da construção de cisternas nas escolas. Essa é, inclusive, uma das propostas de solução apresentada pela carta do Instituto Alana aos governantes. “Esperamos medidas práticas e concretas dos governos estaduais e municipais. A construção de cisternas que garantam o funcionamento das instalações sanitárias é uma delas”, diz Pedro. A carta sugere também a criação de pontos de acesso à pequenas quantidades de água potável em todos os bairros da cidade – com prioridade de consumo infantil.

Cláudia, que integra o movimento Cisterna Já, critica a proposta do governo estadual de fornecer mais mil recipientes para aumentar a capacidade de armazenamento das escolas. “É uma saída individual que, aos poucos, vai transferir todo o Sistema Cantareira para as nossas caixas d’água e contribuir apenas para a água acabar mais rápido”, observa. “Essa crise está anunciada há muito tempo. E tem chovido bastante. Porque as escolas ainda não fizeram cisternas? Mesmo com o período úmido terminando, é melhor fazer, pois se não for útil agora, com certeza ainda será.”



Cisternas são essenciais para encarar os períodos de seca em comunidade de Batatinha, em Paulo Afonso, no semiárido baiano.

Crédito: Governo da Bahia.

Água de beber

O nível de potabilidade da água escolar também preocupa. De acordo com um estudo da Unicef, a má qualidade da água corresponde, ao lado da falta de higiene e saneamento inadequado, a cerca de 88% das mortes por diarreia, segunda maior causa de mortalidade infantil no mundo. “A criança tem uma vulnerabilidade inerente enquanto indivíduo, pois ainda está em desenvolvimento.

A necessidade de acesso à água potável e limpa - em quantidade e qualidade - é essencial para a manutenção da vida e fundamental para garantir outros direitos”, explica Pedro. “Se o encanamento sofre redução de pressão pode haver infiltração de esgoto. O que acontece entre a Cantareira e a caixa d’água é de responsabilidade da Sabesp. Testar essa água é urgente, pois o risco é muito alto para as crianças”, alerta Cláudia.

Para ela, o impacto da falta de água na educação pode ser enorme. “O que acontece com o aluno que não tem aula? Por quantos dias os empregadores dos pais vão entender? Isso pode provocar desemprego. Pior: em momentos de stress e conturbação social, a violência contra a infância aumenta.”

Assunto: Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e presidiários têm maior dificuldade na redação

Fonte: CNJ

Data: 25/02/2015



Milhares de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e presidiários que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) poderão garantir a remição de pena caso obtenham o certificado do ensino médio, conforme determina a Recomendação nº 44, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a maior dificuldade na pontuação foi em relação à prova de linguagens e códigos – que engloba principalmente língua portuguesa e literatura – e à redação, na qual apenas 3.627 conseguiram nota mínima suficiente para aprovação. No último exame, 27.694 presidiários e reeducandos compareceram às provas no primeiro dia de aplicação e 25.910, no segundo.



Para obter a certificação do ensino médio, é preciso atingir as notas mínimas exigidas – 450 pontos nas quatro provas objetivas e 500 na redação –, mas não necessariamente em um mesmo Enem, já que o participante pode somar os resultados obtidos ao longo dos anos em diferentes áreas. A exceção é a redação, já que o estudante precisa obter a nota mínima no mesmo ano em que consegue a aprovação em linguagens. De acordo com o levantamento, feito com exclusividade pelo Inep, dos participantes do Enem PPL, 5.566 obtiveram a pontuação suficiente na área de ciências da natureza, 15.166 em ciências humanas, 9.407 em matemática e 3.627 em linguagens e códigos e redação.

A Lei nº 12.433, de junho de 2011, que alterou a Lei de Execução Penal (LEP) ao dispor sobre remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou trabalho, estabeleceu a possibilidade da redução da pena por meio do desenvolvimento de "atividades educacionais complementares". No entanto, a norma não detalhou o que seriam tais atividades complementares, gerando entendimentos distintos na esfera judicial. Com o intuito de pacificar a questão, a recomendação do CNJ foi solicitada pelos ministérios da Justiça e da Educação. A norma estabelece as regras para a concessão do benefício mediante o desenvolvimento de atividades educacionais complementares e pela leitura.

Ao definir as atividades educacionais complementares para a remição da pena por meio do estudo, a Recomendação nº 44 estabeleceu que mesmo presos não vinculados a instituições de ensino, mas que concluíram o ensino fundamental ou médio, após serem aprovados nos

exames que fornecem tais certificações, como o Enem, também terão direito ao acréscimo de tempo necessário para a remição da pena prevista na LEP.

Incentivo – De acordo com o levantamento do Inep, a principal dificuldade dos reeducandos e presidiários que prestaram o Enem PPL em 2014 foi na redação e na área de linguagens e códigos, que engloba língua portuguesa, literatura, língua estrangeira (inglês ou espanhol), artes, educação física, comunicação e tecnologia da informação. Considerando a necessidade de maior leitura entre os presidiários e reeducandos, diversos projetos foram implantados pelo Poder Judiciário nos últimos anos, tendo como base a norma do CNJ.

A Recomendação nº 44 determina, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, à educação e à qualificação profissional. Outra providência prevista pela norma é a necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, além de garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades.

Um exemplo de iniciativa neste sentido é o Reeducação do Imaginário, realizado no Presídio de Joaçaba, em Santa Catarina, do qual participam 120 presidiários. Criado pelo juiz Márcio Bragaglia, titular da Vara Criminal de Joaçaba, o projeto permite que os presos tenham a oportunidade de ler clássicos da literatura universal e, com isso, obter a remissão de dias de suas penas. Outro exemplo é o Incentivo à Leitura, desenvolvido na Cadeia Pública de Várzea Grande (MT) pelo juiz corregedor das unidades prisionais da comarca e titular da Vara de Execuções Penais, Abel Balbino Guimarães. O projeto determina que para cada três dias de leitura, será um a menos na pena.

Há também projetos que visam instalações de bibliotecas nos presídios, como a campanha realizada no Amazonas para arrecadação de livros que conseguiu amearhar, em 2012, aproximadamente 50 mil livros doados pela comunidade e destinados à implantação de bibliotecas nos presídios de Manaus.

Assunto: Vara da Infância atesta qualidade de entidades de acolhimento

Fonte: CNJ

Data: 25/02/2015



As instituições de acolhimento Bezerra de Menezes e Lar da Criança Padre Cícero receberam da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ/TJDFT) atestado de qualidade e eficiência pelo trabalho desenvolvido diretamente à criança e ao adolescente. Nos termos da Resolução nº 71, de 11 de dezembro de 2014, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA-DF), o atestado emitido pela VIJ-DF é requisito para renovação do registro ou concessão

de registro excepcional a essas entidades.

Os critérios e procedimentos para expedição do atestado estão previstos na Portaria VIJ nº 4, de 13 de fevereiro de 2014, obedecendo previsão legal contida no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ato revogou os termos da Portaria VIJ nº 18, de 5 de setembro de 2014, que tratava do assunto.

Segundo a Portaria VIJ nº 4, o procedimento para emissão do atestado pode ser iniciado por determinação judicial ou a pedido da entidade de atendimento. A emissão do documento está condicionada à satisfação de critérios como a existência de projeto político-pedagógico na entidade, comprovação do registro e de sua renovação no CDCA/DF, inexistência de processos de apuração e irregularidade da instituição ou de processos referentes a penalidades aplicadas ao dirigente de entidade. Além disso, leva-se em conta o resultado das constantes visitas realizadas pela equipe interprofissional da VIJ-DF às entidades, que avalia in loco o atendimento prestado à criança e ao adolescente.

O juiz titular da VIJ-DF, Renato Scussel, intimou as entidades Bezerra de Menezes e Lar da Criança Padre Cícero sobre a expedição do atestado de qualificação, durante as audiências concentradas, realizadas nas dependências das instituições em 29 de janeiro e 12 de fevereiro, respectivamente. Maria da Glória Nascimento de Lima, que acolhe crianças e adolescentes abandonados desde 1974 e fundou formalmente a Padre Cícero em 1984, ficou agradecida pelo reconhecimento. A entidade atualmente atende crianças de 6 a 18 meses de idade. "Agradeço à equipe técnica da VIJ, à Defensoria e ao Ministério Público, que colaboram sempre com o nosso trabalho. Com isso, a nossa equipe tende a melhorar cada vez mais", disse a dirigente.

Assunto: Projeto Proteção em Rede na Bahia chega ao seu terceiro ano

Fonte: Childhood

Data: 25/02/2015



O objetivo do projeto é fortalecer e formular políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (BA). O Projeto Proteção em Rede é uma iniciativa da Childhood Brasil em parceria com as empresas Stora Enso, Veracel e com o Instituto Tribos Jovens, uma organização social local.

O projeto foi iniciado em 2013, com a realização de ações de mobilização e articulação dos segmentos estratégicos, além de qualificação dos profissionais.

O projeto foi iniciado em 2013, com a realização de ações de mobilização e articulação dos segmentos estratégicos, além de qualificação dos profissionais.

Em 2014, o Proteção em Rede focou na sensibilização do setor turístico e formulação dos planos municipais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no período da Copa do Mundo.

Neste ano, o projeto começou com a realização de três encontros nas Câmaras Municipais de cada cidade, para apresentar e validar planos de enfrentamento e dos fluxos de atendimento às crianças e adolescentes.

Os encontros envolveram a participação de representantes das secretarias de governo, Ministério Público, Câmara dos Vereadores, Polícias Civil e Militar, Polícia Rodoviária Federal, ONGs e lideranças das comunidades indígenas.

Durante os seus três anos de execução, o Projeto Proteção em Rede tem focado quatro linhas estratégicas:

1 – A articulação e mobilização dos segmentos estratégicos com seminários, que contaram com mais de 500 participantes e contribuíram para o envolvimento e comprometimento público dos gestores, das organizações da sociedade civil e dos empresários do turismo, com as ações de proteção à infância contra a violência sexual. Esses encontros tiveram alta adesão manifestada na assinatura do Termo de Parceria e do Pacto pela Proteção à Infância no Turismo.

2- Formação dos profissionais do sistema de garantia de direitos com cursos e encontros de aprofundamento temáticos para alinhamento das equipes, que atuam nos diversos serviços e organizações na prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Novamente, mais de 500 profissionais de 121 organizações do poder público e da sociedade civil participaram.

3- Constituição de Comitês Gestores locais onde foram realizadas 15 reuniões e oficinas com os comitês, resultando na elaboração de planos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em cada um dos municípios, além de planos para fluxos de atendimento integral.

4- Consolidação e disseminação de metodologia com a avaliação dos dois primeiros anos de execução do projeto. No ano de 2015, está previsto o diagnóstico do terceiro ano e a sistematização e publicação da experiência.

Ainda com respeito às ações previstas para este ano, destacam-se o acompanhamento à implementação dos planos municipais e a realização de um seminário de apresentação dos resultados ao final do projeto.

Outros resultados do projeto foram a implantação do CREAS (Centro e Referência Especializado de Assistência Social) no município de Santa Cruz Cabralia e o direcionamento da gestão para levar o PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro) para a região.

A indicação para levar o PAIR para o território foi apoiada pela Childhood Brasil, a partir de contatos e reuniões em Brasília.

Assunto: Depoimento - sequelas de quem sofreu abuso sexual e tratamento

Fonte: Childhood

Data: 25/02/2015



“O dano maior que fica depois de um a abuso é a relação de desconfiança com o mundo e não saber o que é real. Foi muito complicada a descoberta da sexualidade para mim, com a falta de confiança nos relacionamentos, porque as imagens voltavam a toda a hora, ficam no inconsciente”, conta Samara Christina (nome fictício), 34 anos, vítima de abuso sexual na infância.

Motivada pela Campanha Infância Livre, promovida pela Childhood Brasil em meio de 2010, com a adesão de vários artistas e participação, inclusive, da Rainha Silvia da Suécia, fundadora da instituição internacional, ela resolveu dar o seu depoimento para ajudar na prevenção do abuso sexual infantil. Durante a entrevista, ela se emocionou várias vezes e, mesmo com a voz embargada, contou como conseguiu superar o trauma e refazer sua vida, com o objetivo de ajudar outras pessoas que estejam passando pelo problema e não sabem como agir:

Quais as principais marcas que ficam da agressão?

Até hoje, não sou capaz de ver uma cena de violência sem entrar em desespero, mesmo sabendo que é ficção eu entro em parafuso. Tenho ainda os meus rituais de limpeza, fico horas no banho, com a sensação de estar suja, passo muito tempo me limpando. E também lavo as mãos de 5 em 5 minutos.

O abuso deixa muitas marcas e abala toda a família e são anos de terapia. A cabeça de uma criança agredida sexualmente fica confusa e carregamos essa dor por muito tempo, sem saber o que fazer. O agressor é uma pessoa doente que tem dupla personalidade. No meu caso, era o meu próprio padrasto, uma pessoa que deveria me proteger, mas me violentava. É mais que uma traição.

Quando você começou a procurar tratamento e ajuda?

Eu já tinha 19 anos e morava na França na época, quando tive coragem e busquei uma rede de proteção médica com assistência psicossocial, depois me direcionaram para um centro

especializado em vítimas, que cobrava uma taxa simbólica. Passei por um tratamento individualizado e tomei remédios. A terapia é fundamental e o apoio da família e das pessoas mais próximas. Sozinha a gente não consegue, não tem recursos para prosseguir uma vida normal.

Eu tive a oportunidade de refazer minha vida, mas quantas pessoas não têm e acabam caindo nas drogas, porque sofrem muito, se isolam da sociedade.

Acredito que é fundamental tornar o acesso à ajuda terapêutica mais fácil no Brasil, porque tem muita gente que não têm forças para procurar ajuda, não consegue.

O que te motivou a contar o seu caso?

O que me motiva a falar é querer dar apoio a quem está passando pelo problema e também mostrar que a legislação precisa de mudanças. Fiquei encantada com a última campanha da Childhood e feliz de saber que o assunto finalmente estava sendo discutido de forma séria e com abrangência nacional. Percebo que em países como França, Bélgica e Alemanha ainda existe o abuso, mas a sociedade já está mais consciente. No Brasil, estamos começando e fico feliz com esta mobilização.

O que você acha que necessita ser feito para prevenir esta situação?

As crianças precisam pedir ajuda para as pessoas mais próximas, mas não sabem como. É responsabilidade dos adultos ficarem atentos às reações diferentes da criança, prestar atenção em quem cuida na escola, onde dormem, o que fazem. As escolas também precisam incentivar a denúncia e informar às crianças que o problema existe. E quem estiver passando por esta situação precisa de ajuda de profissionais especializados em psicoterapia.

Como foi o processo para se recuperar e reestruturar a sua vida?

Depois que saí do processo de anos de dor, entendi que tinha sido vítima, mas não podia viver eternamente desta forma. Precisava sair do fundo do poço que me colocaram. Não é consciente, a gente se relaciona com um pé atrás, se defende com agressividade dos relacionamentos. Leva muito tempo e o amor da família e do marido ajuda muito. Não é todo mundo que aguenta, porque as sequelas voltam, tem que ser uma pessoa que te ama muito. Os familiares também precisam procurar forças e ajuda de profissionais. O que me ajudou também foi a fé (...).

O tratamento é fundamental para reconstruir sua identidade. Hoje sou casada, e o amor e carinho do meu marido foram importantes para minha recuperação. Planejo ainda ter filhos e construir uma família. Quero viver minha vida sem pensar no passado e fazer a minha parte alertando para que nenhuma criança precise passar por este drama.